

## **PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA<sup>1</sup>**

**Luana Poletto<sup>2</sup>, Franciele Moser Bach<sup>3</sup>, Leandra Laufer<sup>4</sup>, Marta Perete Ayres<sup>5</sup>, Cássia Cassol<sup>6</sup>, Flávia Flach<sup>7</sup>.**

<sup>1</sup> Esse trabalho resulta da experiência provinda do estágio na ênfase em Psicologia e Processos Educacionais.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia da UNIJUI.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia da UNIJUI.

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia da UNIJUI.

<sup>5</sup> Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia da UNIJUI.

<sup>6</sup> Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia da UNIJUI.

<sup>7</sup> Professora orientadora, Mestre em Psicologia Social e Institucional, Curso de Psicologia.

### **Introdução**

A instituição escola foi criada para socializar e transmitir o conhecimento julgado necessário de ser passado para as gerações futuras, desse modo, facilitando o acesso das pessoas ao saber. No entanto, a escola não é neutra ou alheia aos problemas vividos pela sociedade, pois está inserida em um contexto mais amplo, de modo que o seu papel está intimamente vinculado ao momento social e histórico do qual faz parte, e sujeito a transformações no decorrer do tempo.

O movimento pela inclusão social das pessoas com necessidades especiais é recente em nossa sociedade, e vem se refletindo na criação de políticas públicas que afetam diretamente o contexto educativo. Tais transformações sociais demonstram a existência de um novo modo de pensar a educação, a qual deve incluir a todos, independente de condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, étnicas, econômicas, entre outras.

A proposta da educação inclusiva visa oportunidades para todos, igualdade, aceitação e respeito ao diferente, mas sabemos que isso vai para além da efetividade da matrícula no ensino regular.

Neste cenário de grandes mudanças, surgem inúmeras questões que devem ser repensadas pela escola a fim de que possa se tornar inclusiva, bem como pelo profissional da psicologia que atua neste contexto. Sendo assim, esse trabalho tem o objetivo de trazer algumas reflexões sobre como o movimento pela inclusão social tem se refletido nas escolas e sobre o lugar da Psicologia Escolar nesse processo.

### **Metodologia**

Este trabalho consiste em um estudo, realizado através de obras impressas e artigos publicados em meio eletrônico, bem como em reflexões advindas da experiência de estágio na ênfase em psicologia e processos educacionais.

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** XV Jornada de Extensão

## Resultados e discussão

O papel do Psicólogo na instituição de ensino se alterou com o passar dos anos. No início a psicologia concentrava seus esforços nos problemas de aprendizagem das crianças, alienando-se neste propósito, para que assim pudesse existir e possuir uma identidade, ocupando o psicólogo um lugar sem voz perante a instituição (KUPFER, 1997). Desse modo, na história da Psicologia Escolar vemos que o modelo predominante na profissão foi marcadamente clínico e individualizado, em que os problemas de aprendizagem eram vistos como responsabilidade do aluno, sendo tratados de modo independente do contexto em que ocorriam.

Entre várias dificuldades e impossibilidades, o psicólogo entrou na escola onde foi possível, a partir de então, fazer uma leitura do ambiente escolar para assim identificar os problemas existentes, indo para além da simples aplicação de testes e da identificação de problemas de aprendizagem. A partir disso, surgiram várias questões relacionadas ao exercício da profissão no âmbito escolar, que levaram à (re)construção de um novo espaço, um novo lugar, onde o psicólogo possa atuar diante dos processos que compõe o âmbito educacional.

Assim como a função do psicólogo no âmbito educacional se modificou, a educação e a escola também passaram por várias mudanças. Em décadas passadas a escola estava incumbida somente da formação intelectual, sem se preocupar com as dificuldades que o aluno apresentava, ou de como se adequar às suas condições e realidades educacionais. Diante de algum tipo de dificuldade ou problema de aprendizagem, este era encaminhado para instituições especializadas ou eram simplesmente “deixados de lado”, excluídos, já que não possuíam inteligência.

Na contemporaneidade o processo de ensino é uma experiência compartilhada e não mais individualizada, pois se entende que crianças na mesma sala com a mesma idade cronológica podem não ter o mesmo processo de aprendizagem, necessitando assim formas diversificadas voltadas especificamente para o ensino deste ou daquele aluno. As escolas na atualidade tem por objetivo serem integradoras, serem inclusivas.

O termo inclusão define que todas as pessoas necessitam estar incluídas tanto nos processos educacionais como sociais, sendo necessário que se transforme o contexto tornando-o acessível.

O movimento pela inclusão social das pessoas com necessidades especiais é recente em nossa sociedade, mas, conforme Borgmann (2010), o tema da integração social do deficiente tem sido utilizado com frequência crescente na literatura especializada brasileira. Além disso, podemos mencionar diversos documentos e leis que asseguram a educação para todos, visando garantir uma educação de qualidade para crianças, jovens e adultos, buscando incluir Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais no ensino regular.

Dessa forma, foram criadas e aprovadas várias leis, portarias e decretos que regem a educação inclusiva. A legislação nos apresenta uma nova forma de pensar a educação, no entanto, várias são as contradições que surgem no andamento deste processo, pois os professores muitas vezes não recebem a formação e o suporte necessário para trabalhar com esses alunos. Também se apresentam problemas referentes à estrutura física da escola, recursos financeiros, material especializado,

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** XV Jornada de Extensão

currículo, práticas pedagógicas e informações de modo geral que possam chegar a todos os alunos e comunidade escolar a respeito do trabalho e da política de inclusão.

Becker (2000) traz algumas reflexões que nos permitem refletir sobre as dificuldades apresentadas pela escola nesse movimento de inclusão. Segundo a autora (BECKER, 2000), na sociedade atual a escola aparece como a principal transmissora de uma ética, apresentando uma ideia de bem e de mal, valores que buscam ensinar aos alunos. O bem é representado através de valores como o “respeito às diferenças”, a “liberdade de opinião” e a questão da inclusão. O mal, por sua vez, aparece sempre como aquilo que precisa ser rechaçado, recalçado.

No entanto, verificam-se as dificuldades em tornar realidade aquilo que aparece como “ética prescrita”. Por exemplo, no que se refere à inclusão e respeito às diferenças, Becker (2000) faz um questionamento que nos faz pensar sobre a possibilidade de sustentar um legítimo interesse pelo outro, numa sociedade em que o valor do indivíduo aparece como supremo e que toda intenção benfeitora buscaria muito mais transformá-lo num igual a mim do que incluí-lo como diferente. O que pode ser percebido, por exemplo, na preocupação das professoras quando recebem crianças deficientes: “e se ele não aprender como os outros?”.

Assim, ao invés de uma verdadeira inclusão o que se promove é a tentativa de homogeneizar os sujeitos, a exigência de uma igualdade, enfim, uma postura ética que resulta no aparecimento sintomático da agressividade, dificultando o bom encaminhamento das pulsões através de um caminho singular sublimatório. O que vem dito implicitamente nesta tentativa é “transforma-te no que sou que respeitarei tua diferença”. Aqueles que não se encaixarem nos parâmetros do bem, acabam excluídos.

Como a escola está mergulhada na racionalidade normativa, na homogeneização e na comparação, se ignora a subjetividade. É como se aluno e professor adentrassem no ambiente escolar tendo que se apresentarem somente providos de razão. Nesse sentido, o psicólogo através de sua escuta, deve abrir espaços para a circulação da palavra, a fim de que as manifestações subjetivas não precisem expressar-se de forma sintomática.

Além disso, segundo Silva (2010), a contribuição do psicólogo ao campo educacional situa-se, principalmente, na análise das relações estabelecidas na escola, intervindo no sentido de apontar mecanismos psíquicos envolvidos nas situações de impasse, bem como identificando aberturas que possam indicar saídas possíveis.

## Conclusões

Depois de toda uma história de segregação dos deficientes, caracterizada pela institucionalização e total exclusão dos mesmos, hoje busca-se fazer valer os seus direitos de frequentar escolas regulares, estarem inseridos no mercado de trabalho, saírem às ruas, poderem exercer sua cidadania. Mas ainda assim encontramos grande vulnerabilidade na população de pessoas com necessidades especiais.

A educação escolar ainda se apresenta, muitas vezes, com princípios e práticas homogeneizadoras, segregadoras, produzindo desigualdades e ações pedagógicas que propiciam a exclusão não só de

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** XV Jornada de Extensão

alunos com alguma deficiência, mas também de alunos ditos “normais”. Mesmo garantida por lei, a inclusão tem um longo caminho para que de fato se efetive com atendimento de qualidade e equidade para todos.

Neste contexto, vemos que o papel do Psicólogo na instituição de ensino se alterou ao longo do tempo, inicialmente com uma prática predominantemente clínica e individualizada, que colaborava com a lógica da exclusão, atualmente o profissional precisa repensar sua atuação com vistas à realidade mais ampla em que a escola está inserida, bem como, considerando o indivíduo como constituído a partir de sua condição social e histórica. A especificidade da sua atuação está em buscar espaços para a manifestação da subjetividade e singularidade num contexto que prioriza a homogeneização e a racionalidade.

**Palavras-chave**

Inclusão social; subjetividade; processos educacionais.

**Referências bibliográficas**

BECKER, A. L. O trabalho educativo como ética contemporânea. Em: JERUSALINSKY, A. et al. O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

BORGMANN, M. E. Educação especial. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. (Coleção educação e distância. Série livro-texto).

KUPFER, M. C. O que toca à Psicologia Escolar. Em: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (orgs). Psicologia Escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

MANTOAN, M T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A.. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 2. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

SILVA, V. P. Escola não é ambulatório e psicólogo não é professor: o que faz um psicólogo na educação? Em: Experiências profissionais na construção de processos educativos na escola. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2010.